

V

A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO PARANÁ: O CASO DA UNIOESTE*

Anderson Szeuczuk

INTRODUÇÃO

No estado do Paraná, entre os anos de 1960 a 1970 o ensino superior passa por um significativo crescimento. Entre os elementos que influenciaram nesta questão, podemos apontar o incentivo do governo estadual em intensificar o desenvolvimento de regiões despovoadas do interior do Estado, diante da necessidade de recursos humanos especializados no setor agroindustrial emergente.

Na década de 1960, o estado do Paraná ainda contava com uma economia baseada na extração de erva-mate e madeira, apresentando a cafeicultura como importante meio de subsistência, também incorporando a economia agrícola principalmente da soja e do milho na região oeste.

A criação de IES, mesmo em forma de faculdades nessas regiões, trazia uma perspectiva de progresso. Quando criadas pelo poder público essas instituições foram resultantes da mobilização das elites e interesses políticos locais, por meio de um discurso de modernização e crescimento regional, mediante um argumento da falta de pessoas devidamente qualificadas para o mercado de trabalho.

Para realização deste artigo, contamos como fonte o Jornal Pensamento Acadêmico, do Diretório Acadêmico 7 de Julho, dos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), buscando apresentar a participação dos estudantes e comunidade no processo de criação da UNIOESTE. Também será utilizado a legislação do município de Cascavel, do estado do Paraná e a Federal, com o objetivo de apresentar cronologicamente o processo de criação do ensino superior em Cascavel e o reconhecimento da universidade.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-77-2-0-f.65-77

O ENSINO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ

As transformações socioeconômicas após 1950 levaram a uma demanda maior pela formação superior. Alguns elementos podem explicar esta questão como o aumento populacional, a migração para o interior e o surgimento de cidades em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Com a necessidade de mão obra qualificada havia o interesse pela formação superior para atender as demandas regionais, segundo Assis (2012, p.323):

A partir da segunda metade dos anos 1950, a implantação da indústria de base criou uma quantidade e uma variedade de novos empregos. Mas a oferta de trabalho não significou emprego, pois havia exigência da qualificação para a adequação às atividades próprias de cada nível e ramo de ocupação. A educação, portanto, passou a ser o único caminho disponível para a conquista dos postos nas empresas e indústrias.

A pressão no Brasil pela necessidade de formação superior reivindicada principalmente pelas elites, visava a formação de mão de obra, isso justifica a ampliação de instituições isoladas em oposição a criação de universidades que poderiam difundir a pesquisa e extensão.

O ensino superior público difere-se do privado em sua composição, objetivos e fins. [...] é definido como prática de pôr a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político partidários (CUNHA, 1991, p. 322). A educação pública por ser financiada pelo setor público, tem com maior preocupação a oferta de uma modalidade educacional que demonstre a capacidade e qualidade de um serviço público à sociedade:

Ao considerarmos a educação como instrumento transformador da sociedade, levamos em conta diversos aspectos sociais no contexto que a mesma estava inserida. Isso “[...] nem sempre significa que ela está voltada para a superação das condições sociais existentes, [...]” (ORSO, 2010, p.2). A educação analisada como transformadora da realidade social, tem como função atender às necessidades básicas da formação dos sujeitos que a mesma compreende.

O processo de formação das instituições de ensino superior (IES) no Paraná esteve relacionado ao desenvolvimento econômico e político do Estado. Com especificidades de acordo com cada IES, deve ser compreendida em uma totalidade, considerando que a história da educação também está atrelada ao desenvolvimento econômico e demandas de cada região, muitas vezes marcados por conflitos de interesses políticos.

A universidade tem um papel fundamental no desenvolvimento local e regional, pela sua capacidade de formação humana e o desenvolvimento econômico e social. Este processo ocorre por meio da relação que estabelece com a sociedade e as demais instituições públicas e privadas:

Fruto da presença ativa destas instituições na região é que se constata a instalação e o crescimento de outros empreendimentos, seja no setor de comércio ou serviços, gerando emprego, renda e melhores condições de vida à população, resultado no desenvolvimento e crescimento regional efetivo (CHIARELLO, 2015, p.244).

No Brasil o ensino superior privado teve um crescimento considerado após 1960, no estado do Paraná este processo foi diferente pois a ampliação deste nível de ensino ocorreu por meio de fundações municipais e estaduais. A existência de faculdades estaduais em determinadas regiões também era um empecilho à iniciativa privada.

Como essas instituições recebiam um montante de recursos do Estado, embora cobrassem mensalidades, não dependiam exclusivamente dos recursos próprios para suas funções, essas instituições em regiões estratégicas não atrairiam os interesses do setor privado.

É importante apontarmos que tal decisão governamental caracterizou-se um importante avanço no setor educacional e social, com incentivo para interiorização do ensino superior, como destaca Sheen:

No Paraná, a interiorização do ensino superior passou por três momentos distintos: o primeiro momento, iniciado ainda na década de 50 e que se estendeu até o final da década de 60, caracterizou-se pela criação de estabelecimentos isolados de ensino superior; o segundo momento, localizado no final da década de 60, caracterizou-se pela interiorização do ensino universitário através da criação de três universidades estaduais; o terceiro momento, que pode ser localizado a partir de 1975, caracterizou-se pela expansão de instituições de ensino superiores municipais (SHEEN, 1986, p.4).

Na tentativa de reduzir a pressão pela demanda de vagas no ensino superior, foram criadas diversas fundações educacionais em todo Estado. O projeto de formação destas IES já vinha acontecendo desde os anos anteriores, com o surgimento das faculdades isoladas regionais, para compreendermos este processo consideramos que:

Na década de 1980 os estabelecimentos de ensino superior no Brasil poderiam ser Universidades federais, Universidades Estaduais, Universidades municipais, Universidades particulares. As faculdades poderiam ser: Federações de escolas ou faculdades federais, Federações de escolas ou faculdades estaduais, Federações de escolas ou faculdades municipais ou Federações de escolas ou faculdades particulares. Quanto as isoladas Escolas ou faculdades isoladas federais, Escolas ou faculdades isoladas estaduais, Escolas ou faculdades isoladas municipais e ainda Escolas ou faculdades isoladas particulares (VAHL, 1980, p.47).

A criação e a ampliação das instituições de ensino do estado não garantiram a gratuidade e, por fim, acessibilidade de uma maior parte da população que não dispunha de recursos financeiros. O ensino superior no Brasil foi pago, excepcionalmente gratuito pela concessão de bolsas de estudo a uma minoria. Em nível nacional, o movimento pela gratuidade desta modalidade de ensino ganhou força a partir da década de 1960.

No Estado do Paraná, este movimento intensifica-se após 1980, com a participação estudantil que exigia do governo custeamento total das universidades estaduais. Sendo assim a interiorização da educação superior facilitaram o acesso a este nível de ensino a pessoas que não tinham possibilidade de migrarem para regiões que tinham uma IES.

A interiorização foi decorrente da ampliação das instituições isoladas, no entanto, os estados e os municípios aproveitavam-se das brechas na legislação para criarem IES na modalidade “autarquias”, viabilizando a cobrança de mensalidades. Como afirma Dourado:

Os atos de criação de autarquias estaduais em vários municípios fortaleceram, em outros, o desejo de manter uma estrutura de ensino superior como sinônimo de desenvolvimento e de progresso. A alternativa encontrada pelos municípios foi a criação de fundações educacionais, cuja finalidade, na maioria dos casos, era a de facilitar e garantir a criação de unidades de ensino superior privado, com a utilização de prerrogativas desfrutadas pelas instâncias públicas. A privatização do público consuma-se, portanto, a partir dessa modalidade, na medida em que esse ente jurídico permitiu a vinculação - direta ou indireta - a interesses privatistas, sobretudo por meio do estabelecimento de contratos de prestação de serviços (DOURADO, 2001, p.80).

No estado do Paraná também contávamos com fundações municipais de ensino que solucionam o problema regional pela reivindicação do ensino superior, embora as instituições fossem estaduais ou municipais, pelo fato de cobrarem mensalidades, indiretamente as encaminhavam para uma elitização e exclusão. Mas enfatizamos que neste período não havia legislação que obrigasse o poder público a financiar o ensino superior, ação que foi efetivada apenas com a constituição de 1988.

A CRIAÇÃO DA UNIOESTE

No Oeste do Paraná os interesses para criação da universidade tiveram início nos anos de 1970 e se intensificaram na década de 1980, com isso: “Na perspectiva de um maior crescimento econômico a comunidade do Oeste adere ao movimento e com uma integração regional faz frente aos governos do Estado na busca pela concretização de uma universidade pública para o interior do Estado” (BALBINOTTI, 2007, p.112).

O movimento pela criação de uma IES justifica-se por algumas questões. Segundo Orso (2011, p. 234) “Com as rápidas transformações ocorridas na região, a ausência de um bom nível de escolaridade representava insegurança no trabalho e dificultava a ascensão social.” A formação de uma elite que reivindicava a presença do ensino superior como justificativa para o desenvolvimento regional, foi elemento fundamental junto a presença da sociedade civil e movimento estudantil para pressionar o estado diante a seus interesses.

Outro ponto fundamental é o crescimento populacional do município entre os anos de 1960 a 1991, como podemos verificar na tabela a seguir.

Tabela 01- População urbana, rural e taxa de urbanização de Cascavel, 1960-1991

Ano	1960	1970	1980	1991
Rural	27.377	54.971	39.814	15.224
Urbana	12.136	34.950	123.656	177.766
Total	39.513	89.921	163.470	192.990

Fonte: Reis, 2017, p. 51 a partir de dados do IBGE, com adaptações pelo autor.

Conforme os dados da tabela 01, no ano de 1960, o município possuía uma população de 39.513 pessoas, em 1970 de 89.921 pessoas, correspondendo a um crescimento de 127.57%. Em 1980, de 163.470 pessoas com um crescimento de 81.79% em relação a década anterior, em 1991 com um total de 192.990 habitantes e um crescimento de 18.05%.

A partir dos dados, identificamos que o maior crescimento populacional correspondente a década anterior ocorreu entre 1960 a 1970. Com o aumento populacional havia um número expressivo de pessoas que reivindicavam instituições de ensino superior a fim de atender aos interesses locais. Com isso em 1971 era criada em Cascavel a Fundação Universidade Oeste do Paraná – FUOP e em 1974 transformada em Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel – FECIVEL (PINZAN, 2007).

Segundo Balbinotti (2007), em 1984 já havia a proposta de uma universidade na região. José Richa, então governador do Estado, acabou incentivando que uma caravana de pessoas se dirigissem a Brasília para reivindicar a federalização do ensino na região. O governo do Estado reiterava durante reuniões e pronunciamentos que o Governo Federal deveria assumir mais responsabilidades com o ensino superior no Estado, naquele momento em sua maioria financiado pelos estados e municípios:

O Governo Estadual, por sua vez, defendia publicamente que o Governo Federal deveria assumir maior responsabilidade com o ensino superior no Paraná, a exemplo do que fazia em outros estados. Nesse sentido, foram constituídas gestões para a “federalização” das universidades estaduais, proposta rejeitada pelo MEC com a alegação de falta de recursos para tanto (PINZAN, 2007, p.85).

Neste cenário o governo estadual tentava incumbir o governo federal das responsabilidades sobre o ensino superior na região. O Jornal “Pensamento Acadêmico”, do Diretório Acadêmico 7 de Julho, dos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), enfatizou a luta dos estudantes para a criação da Universidade no Oeste do Paraná. Em 16 de abril de 1986, um grupo com mais de 400 pessoas, foi a Brasília reivindicar a criação da Universidade Federal do oeste do Paraná, conforme destacava abaixo o referido periódico.

Imagem 1 – Página do Jornal Pensamento Acadêmico de 1986



Fonte: Pensamento Acadêmico, 1ª quinzena de maio de 1986, Foz do Iguaçu

Na matéria fica evidente a desconsideração do ministro da educação com os representantes que viajaram à Brasília:

O ministro Jorge Bornhausen descartou definitivamente a possibilidade de federalização da Universidade do Oeste no atual governo na audiência que manteve com as lideranças de nossa região ao mesmo tempo em que quase quinhentas lideranças políticas, empresariais e estudantis eram mantidas à distância da residência do ministro. [...] Uma caravana com todos os prefeitos do Oeste, centenas de estudantes e professores, simplesmente não conseguiu ser recebida pelo ministro banqueiro, que banca, agora a educação deste País [...] Continuaremos nossa luta, pois nada conseguimos até agora sem muito esforço e dedicação. Vamos à luta pela Universidade e quem nos acompanhar terá que receber do povo do Oeste o tratamento adequado (O PARANÁ, 18 de abril de 1986 apud Pensamento Acadêmico, 1ª quinzena de maio de 1986).

Como percebemos há uma crítica do Jornal O Paraná em sua edição de 18 de abril de 1986, diante da recepção do então Ministro da educação Jorge

Konder Bornhausen. Em matéria intitulada a “Agora a luta pela estadualização” o Jornal apresenta o reflexo da viagem para Brasília:

A caravana oestina que foi a Brasília reivindicar a federalização das quatro escolas de ensino superior do Oeste do Paraná (FECIVEL, FACITOL, FACIMAR e FACISA) retornou nas primeiras horas de ontem. Apesar da frustração estampada em cada rosto, todos demonstraram força e a decisão de continuar a luta, agora pela estadualização. Ainda ontem, as 14h30m, aconteceu, nas dependências da FECIVEL, uma reunião com todos os membros da caravana que foi até Brasília, para fazer uma avaliação do movimento e traçar novos rumos a serem seguidos. Existe a disposição tomada assembleia Geral, no início do mês, de paralisar as atividades pedagógicas e funcionais nas quatro instituições até que o governo estadual tome uma posição definitiva quanto a questão do ensino superior no Oeste. Na próxima terça-feira serão realizadas assembleias gerais dos estudantes, nas quatro faculdades para apresentar os resultados da viagem a Brasília e discutir novos planos (PENSAMENTO ACADÊMICO, 1º quinzena de maio de 1986, p.3)

Diante da negativa do governo federal, a alternativa foi cobrar do governo de José Richa a estadualização da instituição, que neste momento há uma pressão frente aos representantes políticos regionais:

No final do ano de 1986, por ocasião da inauguração de obra na cidade de Cascavel, e estando licenciado do cargo de governador para concorrer ao Senado, José Richa esteve presente nas festividades e foi fortemente cobrado pela comunidade em geral. Os acadêmicos protestavam com faixas, cartazes, panfletos e uma carta foi distribuída para todos os presentes, inclusive para o governador que bastante irritado pressionou o vice-governador em exercício João Elísio Ferraz de Campos para que enviasse urgentemente o projeto da estadualização para votação em Assembleia (BALBINOTTI, 2007, p.113).

João Elísio Ferraz de Campos, governador do estado, a partir de maio de 1986 com o afastamento do Governador José Richa, para concorrer a uma vaga no Senado, permanecendo no cargo até março de 1987, quando Álvaro Dias é eleito novo governador.

A rigor, a formação da maioria das universidades no Brasil, esteve relacionada aos interesses dos grupos hegemônicos e disputas de poder. Historicamente, a educação superior, vem sendo utilizada como instrumento para manutenção e formação dos quadros de pessoas para a gestão dos interesses desta classe.

Percebemos como o Estado condicionou a reprodução do sistema capitalista ao proporcionar o crescimento das instituições privadas, favorecendo sua hegemonia diante das IES públicas. Desse modo, ele é o constituinte do capitalismo à medida que intermediará as relações que se materializam na luta de classes.

O próprio Estado visa à universidade como instrumento apto a fornecer mão de obra qualificada para o mercado e para ele próprio, na formação de recursos humanos necessários para o funcionamento da máquina administrativa pública. Neste viés, o Estado também trabalha a serviço do capital, atendendo aos seus interesses e reproduzindo sua ideologia.

Por meio da Lei nº 8464, de 15 de Janeiro de 1987, o governador em exercício João Elísio Ferraz de Campos assinava o projeto de criação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná em seu Art. 1º:

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a FUNDAÇÃO FEDERAÇÃO ESTADUAL DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE – com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, para reunir e integrar, sob forma jurídica de Fundação de Direito Público e como estabelecimentos isolados de ensino superior do Sistema Estadual de Ensino, as entidades referidas no art. 3º, atendidas as normas legais aplicáveis a entidades congêneres do Estado (PARANÁ. Lei 8486 15 de janeiro de 1987).

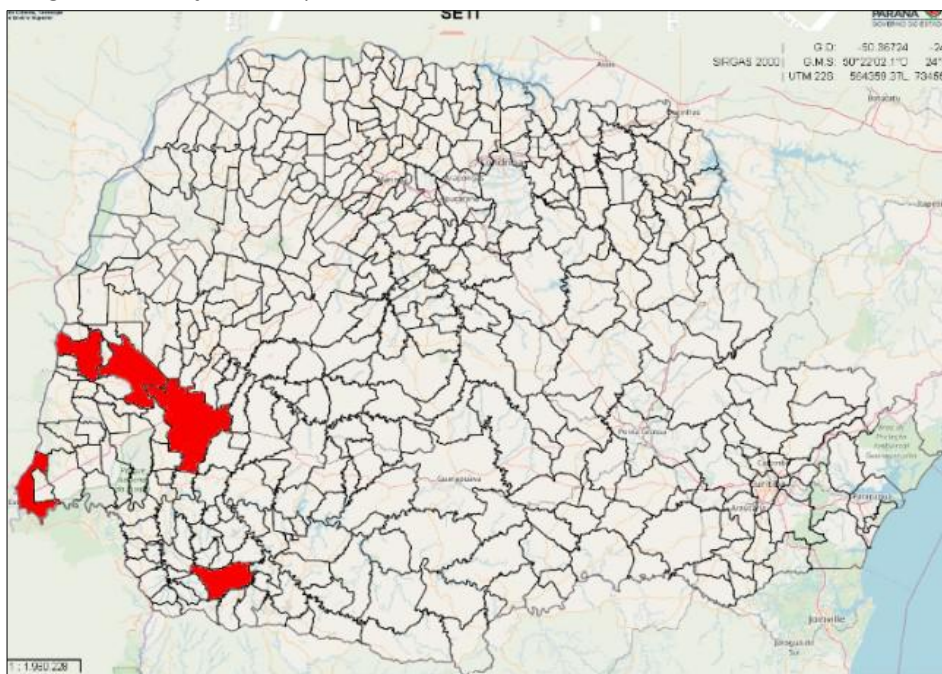
Com a referida lei, em 1987, é criada em Cascavel a UNIOESTE com incorporação da Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL) de 1972, a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA) criada em 1979, a Faculdade de Ciências e Letras de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR) de 1980 e a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato de Toledo (FACITOL), criada em 1980.

Posteriormente pela Lei Estadual nº 12.235, de 24 de Julho de 1998, é autorizada a incorporação da Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) à Universidade Estadual do Oeste do Paraná e também o Decreto 995 - 23 de Junho de 1999 que Instituído o Campus de Francisco Beltrão. Em 27 de Dezembro de 2000 pela Lei 13.029/2000, o Hospital Regional de Cascavel foi transferido para UNIOESTE sendo denominado Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

A UNIOESTE obteve seu reconhecimento como Universidade por meio portaria nº 1784-A/94 do Ministério da Educação, em 23 de Dezembro de 1994, e pelo Parecer do Conselho Estadual de Educação 137/94, de 05 de agosto de 1994. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) com

sede no município de Cascavel, no Estado do Paraná, possui abrangência regional pois conta com campus em, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo. Com relação a sua localização no Estado do Paraná, podemos observar no mapa a seguir

Imagem 1-Localização do campus da UNIOESTE em 2020



Fonte: Mapa ensino superior, 2020, com adaptações pelo autor.

Conforme podemos verificar no mapa, a UNIOESTE teve um papel fundamental para região Oeste do Paraná devido a distribuição geográfica de seu campus. No entanto, o processo de agrupamento de estabelecimentos isolados de ensino em torno de uma “Universidade” acabava com a autonomia destas instituições, que tinham as suas particularidades e lutavam pela sua identidade. Como consequência são obrigados a dirigir-se a um poder central, uma “Reitoria” para desenvolver projetos, contratar professores, adquirir produtos e serviços.

A solução para esta questão seria a criação de uma universidade em cada município, mas como este processo é demasiadamente longo e complexo são criados os campis universitários e as extensões. A maioria das universidades brasileiras surgiu da fusão, estadualização e federalização das faculdades isoladas. As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras não tinham

cumprido a função de integração do ensino, pois estavam voltadas para a formação de professores para educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos com este artigo pontuar o percurso histórico que marcou a luta pela estadualização e o reconhecimento da UNIOESTE, apresentando a conjuntura política e social. A UNIOESTE atualmente é reconhecida nacionalmente pela produção científica e qualidade de ensino, diante das condições sociais e políticas do Brasil. Atualmente é necessário reafirmar o papel das instituições de Ensino Superiores no processo de criação e reconhecimento da mesma enquanto universidade pública e gratuita.

O estudo sobre a origem da UNIOESTE, mostrou fundamental para entendermos o processo de consolidação do Ensino Superior na história da educação regional. Esta instituição apresentou-se de maneira significativa para o crescimento e modernização do município de Cascavel-PR, cuja gênese concentrou-se em pleno cenário político da ditadura civil-militar (1964-1985).

No estado do Paraná, a interiorização da educação superior foi mediada pela implementação das instituições isoladas, que, facilitaram o acesso a este nível de ensino a pessoas que não tinham possibilidade de migrarem para regiões que tinham uma IES.

A criação da IES foi um marco na consolidação da história da educação na região do Oeste do Paraná, atraindo estudantes de diversas, a fim de ter um curso superior.

As lutas pela criação instituição de ensino superior, estiveram consubstanciadas ao movimento que desde os anos de 1960 almejava instalar um ensino de nível superior na região. A ausência de uma universidade se colocava cada vez mais como um obstáculo ao desenvolvimento da região de Cascavel . Este era um dos principais desafios a ser enfrentado pelas elites locais e regionais.

A UNIOESTE em suas particularidades, atrelou-se ao desenvolvimento econômico e social, resultado das forças políticas locais e do Estado, que visavam atender a demanda social e econômica regional. As IES são fundamentais para o desenvolvimento de uma região, no entanto, devemos levar em conta sua conjuntura e os determinantes locais e gerais em sua constituição.

A luta pela constituição da UNIOESTE esteve consubstanciada ao movimento e síntese de uma memória coletiva que desde os anos de 1980 almejava instalar o ensino de nível superior em Cascavel. Sua constituição foi resultado desta dinâmica de forças que agiam nesta direção, mediante a

presença da ação política local. A ausência de uma universidade se colocava como sendo um obstáculo ao desenvolvimento da região.

Ficou evidente que no processo de constituição da UNIOESTE, interesses diversos se entrecruzaram. Desde os interesses político-eleitorais, passando pelas demandas sociais e econômicas e pela educação como direito. Verificamos, por meio das fontes, que em diferentes momentos, seja em sua fundação, criação de novos cursos, as forças políticas sempre estiveram presentes.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012.

BALBINOTTI, Vera Lúcia; KUIAVA, José. Unioeste: da estadualização ao reconhecimento. **Educere et Educare**, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2007.

BRASIL. **Portaria. nº 1784-A/94 de 28 de dezembro de 1994 de 28/12/1994**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2016-pdf/46041-pces338-16-pdf/file> > Acesso em 15 mar. 2020.

CHIARELLO, Ilze Salete. A Universidade e seu papel no Desenvolvimento Regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco**, v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

DEITOS, R. A.; LARA, A. M.B. Estado e política Educacional: o receituário do liberalismo Social democrata. **Eccos – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 29, p. 35-62, set./dez. 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: UFG, 2001.

HISTÓRICO DA UNIOESTE. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/institucional/apresenta%C3%A7%C3%A3o> > Acesso em 11 abr. 2020.

MAPA ENSINO SUPERIOR.

http://www.geoseti.pr.gov.br/geoseti/pages/templates/initial_public.jsf?windowId=9a4 Disponível em: Acesso em 09 abr. 2020.

ORSO, P. J.. O papel idealizado para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em sua criação. In: I X Jornada do HISTEDBR, 2010, Belém-PA, **Anais...**, Belém. Jornada HISTEDBR. Campinas: FE/Unicamp, 2010. v. 1. p. 1-14.

ORSO, P. J. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seu contexto sócio-histórico. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 41, p. 231-240, 2011.

PARANÁ. **Lei 8486 15 de janeiro de 1987**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/> Acesso em 15 mar. 2020.

ORSO, P. J. **Decreto 995 - 23 de Junho de 1999**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/> Acesso em 15 mar. 2020.

ORSO, P. J. **Lei 13.029 de 27 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/> > Acesso em 15 mar. 2020.

ORSO, P. J. **Lei Estadual nº 12.235 de 24 de Julho de 1998**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/> Acesso em 15 mar. 2020.

ORSO, P. J. **Parecer do Conselho Estadual de Educação 137/94 de 05 de agosto de 1994**. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/> Acesso em 15 mar. 2020.

PINZAN, Leni T. M. **Unioeste: a histórica luta pela estadualização**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

REIS, Cirineu Ribeiro dos.. **Agronegócio e urbanização: a relação rural-urbano em Cascavel/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. UNIOESTE, 2017.

SHEEN, M.R.C.C. **O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná**. Campinas, 1986, Dissertação (Mestrado em Educação) UNICAMP, 1986.

JONAL PENSAMENTO ACADÊMICO, 1^o quinzena de maio de 1986, Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/wp-content/uploads/2016/08/images-36-1.pdf> Acesso em 15 abril 2020.